

Educação e democracia

Pe. LAÉRCIO DIAS DE MOURA

No meu modo de ver, um dos maiores fatores da dificuldade de que experimenta o Brasil em libertar-se da situação de crise que o assola está certamente na pobreza da vivência da democracia em nosso país. São poucos os que assumem com sua plenitude e com todas suas conseqüências seu papel de cidadãos. O respeito à lei não é a tônica da motivação da conduta, nem do cidadão comum, nem daquele que detém uma parte do poder. Há um vácuo do poder legislativo gerado, neste ano de eleições, pelos "compromissos políticos" dos membros do Congresso, vácuo este que se refletiu na situação anômala da reedição pela quarta ou quinta vez de medidas provisórias que teria bastado um mês para rejeitar ou aceitar. Enquanto a consciência nacional aspira por um amplo entendimento de todos os setores da sociedade para concertar um plano que dê fundamento ao bem comum, mesmo à custa de sacrifícios que se façam necessários, interesses particulares de grupos ou de pessoas impedem que se chegue sequer à mesa de negociações. Esta incapacidade de realizar uma democracia eficaz vem, ao que me parece, em grande parte, do despreparo de uma grande multidão de

brasileiros para o desempenho de sua cidadania.

É pois com grande acerto que a Constituição de 1988, ao tratar da educação, fixa como seus objetivos: "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205).

O "exercício da cidadania" é um dos fatores básicos e talvez mesmo o mais relevante dos fatores para a construção de uma verdadeira democracia. Não poderíamos, contudo, abranger a amplitude do conceito de cidadania sem termos em atenção toda a problemática ligada à dimensão social da pessoa humana.

O homem é um ser social. Sendo por natureza um ser inteligente e livre tem ele inscrita no seu íntimo a tendência e a necessidade de se comunicar com seus semelhantes e abrir-se para eles no amor. E é na medida em que se abre para os seus semelhantes que o homem se realiza em plenitude como pessoa. Quando pois a Constituição brasileira fixa como primeiro objetivo da educação o pleno desenvolvimento da pessoa, inclui já aí a dimensão social do homem, na sua abertura para o outro, na riqueza de todas as formas de convívio social, na família, nas relações de trabalho na multidão de formas associativas que compõem o tecido daquela unidade maior que

chamamos "sociedade civil". O exercício da cidadania cobre apenas um aspecto da convivência social da pessoa humana, naquilo que se refere aos seus direitos e deveres para com a sociedade civil, em todas as modalidades de sua organização.

E por isto que, para revelar todas as riquezas contidas no conceito de cidadania, devemos sempre encará-lo na perspectiva mais ampla da natureza social do homem, apelando para todos os princípios da filosofia social. Se não procedermos assim correremos o risco de esvaziar nossa concepção de cidadania, limitando-a a um árido exercício do direito de votar ou do cumprimento de alguns deveres como o de pagar impostos. Não seremos capazes de compreender a íntima relação existente entre o cumprimento e o exercício dos direitos sociais da família, na escola, no trabalho, nas associações intermediárias e o exercício da cidadania. Sobretudo, não estaremos sensibilizados para, ao tratarmos dos problemas ligados ao exercício da cidadania, fazer um constante apelo aos grandes princípios e às idéias mestras que regem e iluminam a conduta da pessoa humana considerada em sua dimensão social, tais como o conceito de bem comum e os princípios da solidariedade e da participação, que são uma contribuição riquíssima da doutrina social da

Igreja.

Ao propugnar por uma eficaz formação para a cidadania, deveríamos, pois, lutar por infundir em cada brasileiro o ideal de realizar em sua vida a plenitude da vivência como ser social, para a qual todo e cada um é chamado por sua condição de pessoa.

Difícilmente será alguém um cidadão construtivo se tiver um desempenho insuficiente nos círculos menos amplos de sua atividade social.

E esta atividade social construtiva e eficiente só advirá quando cada um se convencer de que deve se conduzir pelos grandes princípios e ideais que procedem de sua nobreza como pessoa humana.

Se alguém não estiver convencido de que o bem comum, que é o bem da sociedade, pode em algumas circunstâncias ser superior ao seu bem individual e mesmo exigir o sacrifício dele, jamais será capaz de superar seu egoísmo e aceitar livremente qualquer restrição. Não é isto que estamos vendo agora, no Brasil, quando a preocupação egoística do bem próprio, camuflada na maior parte das vezes sob a roupagem do bem corporativo, está impedindo até mesmo a discussão de um plano necessário para chegarmos à solução dos problemas que nos angustiam?